

SENADO FEDERAL

# Em que tempo nós estamos?

SENADOR PEDRO SIMON





SENADO FEDERAL  
Senador Pedro Simon

# EM QUE TEMPO NÓS ESTAMOS?

BRASÍLIA – 2008

*“Mantenha seus **pensamentos** positivos, porque seus  
pensamentos tornam-se suas **palavras**  
Mantenha suas **palavras** positivas, porque  
suas palavras tornam-se suas **atitudes**  
Mantenha suas **atitudes** positivas, porque  
suas atitudes tornam-se seus **hábitos**  
Mantenha seus **hábitos** positivos, porque seus  
hábitos tornam-se seus **valores**  
Mantenha seus **valores** positivos, porque seus  
valores tornam-se seu **destino**”*

*Mahatma Ghandi*

# Sumário

Apresentação .....	7
O Parlamento: A Legitimidade Popular ou o Precipício Político ..	11
Barbárie e Corrupção: Para onde nós viemos? .....	31
A Comoção, a Indignação e a Frustração: Com a palavra, os Jovens	51

# Apresentação

Há um pensamento, atribuído ao filósofo grego Epicuro, que diz, mais ou menos, o seguinte: “Os grandes navegadores devem sua reputação aos temporais e às tempestades”. Pois bem, neste momento da nossa história, em termos dos melhores valores, estamos vivendo grandes tormentas. E, em se tratando das melhores referências, faltam-nos os mais hábeis condutores para enfrentá-las. O pensamento do filósofo não deixa de ser, entretanto, um sinal de esperança: é, exatamente, nesta situação, que se definem os melhores caminhos, e que se evidenciam os grandes timoneiros.

Temporal e tempestade, segundo os melhores dicionários, são sinônimos. Mas, quem sabe para bem explicar a nossa situação atual, cada uma destas expressões possa corresponder às duas questões que mais nos afligem nesta nossa travessia atual: a barbárie e a corrupção. Para mim, igual-

mente, com fortes correlações. Se, antes, ambas faziam parte do mesmo caderno de notícias, hoje são manchetes principais, de primeira página.

De repente, parece que os nossos mais importantes valores tornaram-se letras mortas. Atiradas por uma janela qualquer, sem álibis convincentes. A vida foi banalizada, e ela se submete a balas perdidas, de nada vale se do gatilho de quem pouco se importa em matar, ou de quem deveria, ao contrário, proteger. Das mãos do bandido, do soldado, da madrasta, do pai. Daí, a comoção.

Eu tenho refletido muito sobre tormentas e timoneiros. De repente, quando me deparo com fatos como o do menino arrastado pelas ruas, por mãos que não hesitam em matar, ou com suspeitas de que a menina foi atirada pela janela, por quem, ao contrário, abre mão de amparar, tenho a sensação de que o barco da nossa existência, enquanto seres verdadeiramente humanos, embora a mais avançada tecnologia, está à deriva. Daí, a indignação.

O homem se perdeu na imensidão de um mar de desdém, de omissão, de falta de compaixão e de solidariedade. Mais do que isso, muitos dos timoneiros lançaram suas embarcações num mar de lama. Daí, a frustração.

Eu não vejo diferença substancial no ato de quem puxa o gatilho, ou acende o rastilho, e daquele que rouba o dinheiro sagrado, que falta na fila dos hospitais. É a mesma a dor. São as mesmas as lágrimas de morte.

A televisão, que nos mostra, através de satélites de última geração, as nossas tormentas, é a mesma que substituiu a família, a escola e a igreja, na formação dos nossos timoneiros. O círculo de discussão transformou-se num semicírculo do silêncio, o que nos impossibilita, até, de voltar ao ponto de origem.

Mas, se nos faltar forças para domar as tormentas, estou certo de ainda há esperança de formar os melhores timoneiros. A comoção, a indignação e a frustração trouxeram de volta o debate sobre valores e referências, que pareciam varridos pelos ventos da modernidade.

Nestes textos, extraídos de alguns dos meus pronunciamentos na tribuna do Senado Federal, procuro alimentar o debate sobre os principais empecilhos que nos dificultam levantar âncoras, embora a natureza nos indique sinais evidentes de bonança. As tormentas continuarão, se não mu-

darem os timoneiros. É por isso que os rumos da travessia deverão ser orientados pelos jovens dos nossos tempos, eles sim, os novos navegadores. Ninguém melhor que eles, e sua energia, para enfrentar a tempestade da barbárie e o temporal da corrupção.

Como estamos, todos, neste mesmo barco, de nada adiantará se estas reflexões não forem lançadas ao vento. Se dormitarem nas prateleiras frias do nosso esquecimento. Se a nossa comoção e a nossa indignação durarem, apenas, o tempo da tormenta. Como se ela passasse, e nunca mais voltasse. Não é o acontece, como já sentimos na barbárie que se renova e na corrupção que se repete. A frustração repetida carrega, em si, o perigo da deriva. Espero, portanto, que estas idéias contribuam no sentido de que possamos chegar, juntos, a um porto seguro.

Senador Pedro Simon



# 1. O Parlamento: A Legitimidade Popular ou o Precipício Político

Houve um tempo em que o verdadeiro homem público, aquele que dedicava a sua própria vida pela causa do seu povo, se conhecia pela lapela. Um pequeno *bóton* o identificava como alguém que abraçou a política como sacerdócio, a serviço da maioria, principalmente a mais desvalida, a mais miserável, aquela para a qual ainda pouco resta além de um fiapo de vida. Um sacerdócio que é caminho, verdade e vida. O melhor caminho, a mais pura verdade e a vida na sua mais plena dignidade. Foi um tempo em que político e sacerdote se diferenciavam, quase que somente, na lapela e na batina. Mesmo assim, ainda que diferentes na estampa, o *bóton* do político e o crucifixo do pastor identificavam causas comuns.

Hoje, o *bóton* se distanciou do crucifixo. É que o crucifixo manteve-se no mesmo caminho, na mesma verdade, na mesma vida. O *bóton* tomou outros rumos, construiu as suas próprias verdades

e já não se fundamenta, como antes, na plenitude da vida.

O *bóton* do político deixou de ser um motivo de ostentação. Muitas vezes, de respeito. Li, em diversas oportunidades, sobre casos de parlamentares esconderem esta identificação, nos lugares de maior movimentação do povo. Triste ironia. O representante do povo esconder-se do povo. Tornar-se povo, para não ser reconhecido como legítimo representante deste mesmo povo. Um, na multidão, para que a multidão não o veja como um.

Afinal, um o quê? Qual a impressão que tem a população brasileira sobre os seus representantes políticos, nos dias atuais? Será que a população brasileira ainda nos vê, hoje, à sua imagem e semelhança, na medida em que somos os seus legítimos representantes?

É evidente que não. É que chegamos a uma situação, infelizmente, em que parte significativa da população escolhe seus representantes no parlamento como mera obrigação legal, e não por convicção política. Votam e se esquecem, quase que de imediato, em quem votaram. Votam e vêm tomar posse não aqueles escolhidos pela

maioria, mas os que se beneficiaram pelos subterfúgios das coligações ou das suplências.

Pior ainda: votam e vêem eleitos não aqueles melhores credenciados para a sua representação política, e sim produtos de *marketing* político. Percebem que, quem ganha a eleição, na verdade, é o marqueteiro, que “vende” o candidato como se ele fosse um produto qualquer, como um sabonete, um sabão em pó, ou uma pasta de dente. Quem sabe, na concepção do eleitor, produtos que lhe são de melhor utilidade.

É esse o quadro que se pode pintar da política brasileira hoje, infelizmente e erroneamente de forma generalizada, quando se observa que as pesquisas de opinião nos colocam no rodapé da legitimidade e da confiabilidade.

Eu fico imaginando o sentimento de um engenheiro civil que vê sua obra ruir. De um médico que vê seu paciente morrer. De um ator que vê sua platéia completamente vazia. Pois este é, ou deveria ser, também, o sentimento do político que vê sua atuação rejeitada pelos eleitores. Pois o político, mais que ninguém, deveria sentir-se como o mesmo engenheiro que vê sua obra fluir, do médi-

co que vê seu paciente respirar a vida e o ator que vê sua platéia lotada, aplaudindo-o, de pé.

Pois a platéia política anda vazia, nos nossos dias, principalmente a do palco do Congresso Nacional. No público, em cada cem cadeiras, noventa e nove estão vazias. Apenas um, em cada cem brasileiros, nos aplaude. É essa a avaliação do Congresso Nacional, hoje: 1%, ou menos que isso, de aprovação! A obra ruiu, o paciente morreu e o ator sente vergonha de abrir as cortinas. Esconde o *bóton*, não por falta de público; pior ainda: por medo dele.

Que culpa coletiva temos nós, parlamentares, desta falta de legitimidade e de confiabilidade do Congresso nacional? Ou, quem sabe, dos políticos, de uma forma geral?

Para responder a esta pergunta, basta que se faça um “corte” na situação atual do Congresso Nacional, em particular do Senado Federal, tal e qual se congelássemos a cena, para analisá-la. Ou, talvez melhor para a análise, as últimas cenas da nossa história política parlamentar.

Por quanto tempo, neste tempo, a nossa pauta ficou sobrestada, paralisada, por medidas provi-

sórias? Por quanto tempo, deste tempo, nós ficamos hipnotizados, enquanto questões de interesse dos eleitores brasileiros foram impedidas de serem discutidas, votadas e colocadas em prática, em nome de relevâncias e urgências duvidosas? Por quanto tempo, deste tempo, nós abdicamos do direito legítimo de legislar, em nome de quem não foi eleito para fazer leis? Que não foi escolhido para se auto-investigar?

As medidas provisórias usurpam, há muito tempo, o nosso direito, ou o nosso dever, de legislar. Feriu de morte o debate político. A obrigatoriedade da relevância e da urgência foi substituída pela conveniência. A população vê um Congresso acororado, sob ordens, legalizando, sem legitimar, propostas de gabinete, geradas por mentes pretensamente iluminadas, sob a invocação de um aval político que não lhes foi dado, porque quem de direito abre mão, numa espécie de timidez política suspeita, porque alimentada pela oferta de cargos, pela liberação de emendas e, quem sabe, por outras razões menos confessáveis.

A população já não vê mais, há muito tempo, pela janela da TV Senado, seus representantes no

Senado Federal discutindo e votando propostas legislativas de seu interesse. Ao mesmo tempo, ela vê, pela janela de suas casas, ou de todas as outras TVs, a bala perdida, a fila dolorida e a lágrima desiludida.

Vê a criança arrastada pelas ruas, ante o desespero impotente da mãe. Vê o pai debruçado sobre o corpo inerte do filho, ante os olhares pasmos da população. Vê doenças sociais que voltam, quando se pensava que elas tivessem ido, para sempre, ante o descaso, que não foi, nem voltou: ficou. Vê a dengue e a sensação dupla de impotência: a causada pelo torpor da doença e a produzida pela inércia da política.

A população é alvejada, também, por sucessivos escândalos praticados por seus representantes políticos, práticas condenáveis que lhes soam tal e qual uma verdadeira traição à confiança depositada nas urnas. Quantas foram essas falcatruas, nestes últimos tempos? Que se pare a fita, apenas, nos últimos três, ou quatro, anos! Sanguessugas, ambulâncias, mensalão. Isso, sem contar o efeito contaminador de outros desvios, em outros poderes, em operações cujos nomes quase minaram a criatividade dos agentes da Polícia Federal, por serem tantos.

Isso, sem contar que, por meses a fio, o Congresso Nacional, como se a tal cena parecesse congelada, permaneceu paralisado no assunto único da situação de seu próprio presidente. Por fim, e para nos piorar, a ética ficou escondida numa votação secreta. Uma não, duas! Que poderiam ser três, ou quatro! Motivos não faltavam para outras tantas! Para a população, uma novela tétrica e repetitiva, que começou como romance, desenvolveu-se como comédia e terminou como drama. E que, na verdade, estava longe de uma ficção, por se tratar, de fato, de um documentário da vida privada, com fortes, e perversas, repercussões na vida pública.

A população percebe uma completa inversão de valores e de atitudes. Em outros tempos, via nas comissões parlamentares de inquérito uma oportunidade histórica de purgação de pecados na administração pública. Agora, ela assiste à remissão destes mesmos pecados, sem confissão, nem purgatório. As CPI se tornaram, no pior de todas as situações, um cartório emissor de atestados de idoneidade. Porque pior do que não investigar é certificar a inocência, sem investigação. Como se

fossem crimes perfeitos. A população vê que as CPI não são instaladas para investigar, mas para escamotear possíveis crimes, *a priori*.

É uma pena, porque, naqueles mesmos outros tempos, foi durante as comissões parlamentares de inquérito que o Congresso viveu os seus melhores momentos. Foram tempos em que as investigações não se iluminavam pelos holofotes, mas pela luz dos fatos. Isto é, não havia necessidade de holofotes, para que os fatos fossem expostos à luz. Tais fatos fluíam da vontade política dos parlamentares investigadores. Hoje, como nos casos das medidas provisórias que nos usurpam o direito de legislar, as ordens, nas CPI, emanam de fora para dentro, o que se pode e o que não se pode investigar, o tamanho do tapete e a quantidade de sujeira que se deve esconder sobre ele. Estão aí as CPI de hoje, que patinam na falta de vontade política de investigar e se atolam nas orientações de fora para dentro, para que não se chegue a resultados que fujam do empate, de preferência sem gols.

Estabeleceu-se, nas CPI, assim como em quaisquer outras atividades legislativas, uma es-



pécie de clássico político, algo parecido com um Grenal, um Fla-Flu, ou qualquer outra disputa que envolva, apenas, dois lados: a favor, ou contra o governo, não importa se a questão em discussão é favorável, ou não, à população. Pior, nas investigações, tudo indica que os resultados passaram a ser definidos antes da campanha inicial, como se todos os clássicos tivessem que terminar empatados, em sonolentos zero a zero.

Na falta de um debate mais aprofundado das principais questões nacionais, a população também vê uma espécie de balbúrdia regimental na condução dos trabalhos do Congresso Nacional, sem que se atribuam maiores culpas a seus dirigentes maiores. Questões de ordem que nada têm de ordem, monopólio da palavra para os principais líderes partidários, comunicações inadiáveis que são, perfeitamente, adiáveis. Sessões que beiram o pugilato. Gritos, que não se sabe se são mais, ou menos, perniciosos que os sussurros. Temas irrelevantes que são tratados como questões de alto interesse nacional, e assim por diante.

Toda essa situação, observada em tempo real pela população, tende a criar uma espécie de “cal-

do de cultura” contra a atuação do Congresso Nacional. Se esta situação permanecer, de nada adiantará, um dia, a nossa volta aos trilhos da normalidade regimental e política, porque a população já terá colocado em nossas lapelas uma outra marca, como que a identificar peças de descarte. Fortalecerá, então, uma discussão, já incipiente em algumas rodas de conversa, de que o Congresso é, unicamente, oneroso e desnecessário, como se ele não fosse, o que é, o pilar mais importante da nossa democracia.

Para o Senado Federal, há uma agravante nesta discussão: é que, conversa vai, conversa vem, volta à tona a discussão do Congresso unicameral. Ou, em outras palavras, a extinção do Senado. Ainda mais, quando os últimos acontecimentos, que envolveram o Presidente desta Casa, arrastaram, com veemência, esta instituição no que a população convencionou chamar de “mar de lama”.

Essa situação de fuga do equilíbrio já foi teorizada por alguém, que a chamou de “causação circular cumulativa”. Numa tradução simples, é como se houvesse uma queda em um precipício. Não há volta e, sabe-se, lá embaixo, o baque re-

sulta nas piores seqüelas. Há um risco, portanto, para a própria democracia, o parlamento permanecer, por muito mais tempo, fora das graças da população. Haverá, aí, um precipício político.

É preciso, portanto, retomar o equilíbrio, que se configura na harmonia, mas, também e principalmente, na independência entre os poderes. Enquanto houver esse vácuo na atividade legislativa, é evidente que outras instâncias de poder e de pressão ocuparão o espaço político que se esvaziou. As medidas provisórias são o exemplo mais que perfeito desta ocupação de espaços vazios. É o Executivo legislando, no lugar do Legislativo. Da mesma forma, o País assistiu a outras intromissões no debate de questões que são de atribuição do Congresso, como no caso da fidelidade partidária, que parece ter transferido para o Judiciário o Plenário legislativo do Senado Federal e da Câmara dos Deputados. Algo assim como “já que eles não fazem, fazemos nós”.

Este é o pior dos mundos para o Congresso Nacional. Porque o tal caldo de cultura transfere para o Congresso todas as culpas. De todos os poderes, principalmente do Executivo. Pela

inércia e pela má conduta. É o custo pelo fato do Congresso Nacional se constituir na casa mais democrática para o trabalho da imprensa. Aqui, quase sempre, não há, nem mesmo, necessidade de agendamentos. A relação entre parlamentares e jornalistas é mais direta. Acontece que a concorrência entre os parlamentares é muito mais acirrada do que entre os integrantes de outros poderes, principalmente quando são comuns as bases eleitorais. Daí, muitas vezes, o incentivo à denúncia, mesmo que pouco fundamentada, ou vazia. Não importa, qualquer informação a mais se soma ao conjunto, já bastante deteriorado na visão da opinião pública.

É por isso que a imprensa tem, também, uma função importante no necessário resgate do papel do Congresso Nacional na construção da nossa democracia. É preciso fugir da armadilha da audiência, da cultura de que somente o que dá Ibope é o desvio de conduta e não a boa notícia. Volto a repetir as posições de dois dos maiores autores da dramaturgia televisiva do País: Silvio de Abreu e Aguinaldo Silva. São observações bastante parecidas. Sintetizo-as nas palavras do segundo, autor da

atual novela “Duas Caras”: “Nós, que trabalhamos em televisão, sabemos: bons sentimentos não dão audiência”. Eu não acredito. Acho que a boa notícia tem, também, multiplicadores positivos.

Mas, a imprensa vai repercutir a boa notícia, obviamente, quando elas tomarem o trilho da frequência. O Congresso, no dito popular, está “dando pano para manga” para a propagação, apenas, da má informação. Pouco legisla e nada fiscaliza. Pior: no caso do papel constitucional de fiscalizar os atos do Executivo, tem feito, exatamente, o contrário. Tem se colocado, invariavelmente, contra qualquer investigação sobre possíveis desvios de conduta de integrantes daquele poder.

É evidente que a melhor solução é trabalhar, imediatamente, naquelas questões que nos dilapidam a legitimidade popular. Não podemos continuar no rodapé da confiança da população. Para isto, não é necessário que se crie qualquer outro instrumento legal. Basta que se cumpra, devidamente, os que já existem. Portanto, o primeiro passo é o respeito aos devidos papéis constitucionais.

Se há uma constatação, evidente, de que as medidas provisórias, aquelas mesmas que estão

sobrestando os nossos trabalhos, não se fundamentam pelos princípios de relevância e urgência, é necessário que elas sejam, imediata e devidamente, devolvidas. Não nego a legalidade das medidas provisórias em si. O que eu estou pondo em xeque é o uso indevido, portanto ilegal, deste instrumento.

Por exemplo, o que haveria de tão relevante e urgente, para se incluir numa medida provisória que instituíra o “Programa de Arrendamento Residencial para atendimento de moradia”, um artigo que regulamenta os rótulos das embalagens de leite em pó?

Ou, ainda, uma medida provisória que deu *status* de Ministro de Estado ao Presidente do Banco Central? Seria por que, à época, ele sim, necessitava de um relevante e urgente foro privilegiado?

Que sejam resgatados os instrumentos legais que caíram em descrédito, pelo mau uso. Ou, pelo uso contrário. É o caso das CPI. Vale lembrar que o Congresso de outrora obteve o seu melhor reconhecimento quando das comissões parlamentares de inquérito que, realmente, cum-

priam o seu papel. Foram os casos, por exemplo, das chamadas CPI “do *Impeachment*” e “dos Anões do Orçamento”, entre outras poucas.

As CPI têm que voltar a serem iluminadas pela luz dos fatos, e não de holofotes, sob os quais se buscam, apenas, alguns segundos de celebridade. Não podem se submeter a intromissões externas indevidas, quando o Congresso, de fato, abre mão do seu papel constitucional. As Comissões de Investigação não podem continuar, sob pena de ainda maior descrédito, se é que isso é possível, a se constituir em instrumento de não-investigação, de distribuição indevida de atestados de idoneidade e, conseqüentemente, de cumplicidade nos atos que caracterizam desvios de conduta na Administração Pública. Este procedimento pode ser a verdadeira pá-de-cal na credibilidade do Parlamento. A imprensa mostra o fato, com todos os seus contornos. Ele é real. O Parlamento nega a sua existência ao vivo, pela TV Senado. Assim, não há credibilidade que se sustente!

É preciso que o Senado Federal estabeleça um ritual de procedimentos regimentais e de agenda mais transparente e pro-ativa. Depois de votar

todos os vetos presidenciais e as medidas provisórias realmente relevantes e urgentes, que ainda abarrotam as nossas gavetas, há que se estabelecer agendas com pautas de votação por períodos determinados. Na semana, no mês, no tempo que se permita o acompanhamento da imprensa e, conseqüentemente, da população. Se esta pauta não for cumprida, que se discuta, e divulgue, as razões. Assim, a população, que nos elegeu para representá-la, terá condições de avaliar o Parlamento pelo nosso trabalho e pelo produto que ele gera, e não pela falta dele.

A Consultoria Legislativa do Senado, que reúne cérebros dos mais iluminados deste País, deve se antecipar no aprofundamento de temas que, certamente, constarão na pauta de discussões deste plenário. Deve municiar os senadores sobre todas as correntes de pensamento a respeito destes mesmos temas e as experiências comparadas de outros países.

Este procedimento, também proativo, deverá contribuir, em muito, com o nível dos debates, neste mesmo plenário. Os grandes temas nacionais têm, necessariamente, que voltar à pauta das nossas



discussões. Enquanto isto não acontecer, o debate permanecerá envolvendo, não raras vezes, questões menores, de interesse eminentemente local e de grupos específicos. O Senado, pela importância de seu papel constitucional, não pode se constituir em uma Câmara de Vereadores de luxo, por maior respeito que as assembleias municipais devam merecer. Não cabe, aqui, manifestações meramente panfletárias. Até mesmo no conteúdo do debate, o Senado exige um certo nível de liturgia.

Eu temo a permanência da instituição pilar da democracia no rodapé da credibilidade da população. Temo, sobretudo, a desilusão política de um povo. Principalmente as gerações que hão de vir. Não foi para que se chegasse a esta situação de descrédito nas instituições democráticas que lutamos, e tantos perderam a própria vida, exatamente para resgatar o estado de direito. Na luta pela anistia. Na campanha pelas “Diretas-já”. No *impeachment*, por vias constitucionais, de um presidente da República. Na ocupação das ruas pelos caras-pintadas, olhos iluminados e iluminantes, holofotes, aí sim legítimos, a nos mostrar os melhores caminhos.

Continuo temendo, também, o desestímulo crescente da população em respeitar as leis, quando ela deixa de acreditar nas suas instituições democráticas, o que gera um enfraquecimento das regras sociais. É este o cenário fértil para o chamado estado paralelo, longe da legalidade, responsável direto pelas nossas maiores mazelas, nos dias atuais: o narcotráfico, a milícia, a segurança paralela, o mercado negro, a pirataria, a sonegação. É que, alimentado pela baixa legitimidade das instituições, o crime se multiplica.

Esta desilusão política campeia, e nós não podemos permanecer inertes a todos os sinais, por enquanto amarelos, que nos são transmitidos, diretamente, aqui e nas ruas, dando conta de que é preciso mudar. O Parlamento não pode, também, ser o receptáculo de todos os enganos e desenganos, das ilusões perdidas e das desilusões descobertas, que também campeiam nos outros poderes.

Basta que o Parlamento cumpra o seu verdadeiro papel. Que chame para si as responsabilidades constitucionais que lhes são próprias. E as ponha em prática. Não podemos permanecer sob

tutelas, nem mesmo se os pseudotutores se arvoreem da propaganda dos melhores propósitos. Cada passo em falso do Parlamento pode significar um perigo de queda para a democracia. Para o vazio do precipício político.

## 2. Barbárie e Corrupção: Para onde nós viemos?

Balanço parcial dos últimos dias: bandidos trancam família inteira no interior da residência e ateiam fogo, em Minas Gerais. Menina de cinco anos é jogada do sexto andar de um edifício de classe média, em São Paulo. Menino de nove anos é marcado a ferro em brasa, como gado, numa fazenda de Goiás. Bem próximo de onde uma outra menina era amarrada, diariamente, numa espécie de pelourinho dos nossos tempos.

Eu já não digo mais “para onde nós vamos?”, mas “para onde nós viemos?” Não é mais “onde vamos chegar?”, mas “onde é que fomos parar?” Ou, quem sabe, será que, de fato, viemos? Em que tempo nós estamos?

A ciência colocou o mundo a nossos dedos. Um toque e eu viajo do Museu do Louvre à biblioteca do Pentágono, sem sair do Brasil. A tecnologia nos lança ao futuro, cada vez mais antecipado. Mas, também, a um único toque,

eu viajo dos campos minados do Iraque à favela onde o Estado paralelo instala um tribunal, julga e condena à morte, quem sabe vítimas da falta do Estado legal. Pois é, a tecnologia parece teimar em nos mostrar, também, que ainda estamos no passado, cada vez mais remoto.

Em tempo real, muitas vezes, eu não sei se já estou vivendo uma realidade do final do século XXI, ou se a humanidade ainda não saiu dos tempos das cavernas. Visitar, mesmo que virtualmente, outros planetas, me encanta. Ser visitado pela barbárie, que nada tem de virtual, me espanta.

No ano passado, neste mesmo período, foi o menino do Rio. Terror que causou arrepio. Arrastado pelas ruas, ante os olhos aflitos e impotentes da mãe. A comoção tomou conta de todas as outras ruas, de todo o País. Passeatas, discursos inflamados, rios de tinta. Outras comoções vieram, como quando se descobriu uma menina presa numa cela com duas dezenas de homens no Pará. Ou um bebê boiando nas águas da lagoa. Novas passeatas, novos discursos, velhas tintas. Mas, a comoção dobrou as esquinas. De tão repetitivas, indo e voltando, como um pêndulo, na tela dos

monitores e das TVs, parece ter criado em nós um efeito hipnotizante, principalmente em quem é responsável por entender que emoção e ação constituem muito mais que uma rima.

Eu não sei que sentimento move um ser dito humano, ao cometer uma barbárie. Ao puxar um gatilho, ao acender um rastilho. A queima roupa, a esmo, ou teleguiado. Como são as noites de quem vê, antes de dormir, cenas cruéis do choro de inocentes sobre corpos dilacerados pelas bombas que ele mesmo mandou detonar.

Algumas vezes, tamanha a barbárie, me assola a idéia de inverter o dito popular: parece que a justiça divina não falta, mas tarda. Aí, me deparo com a realidade de que é a justiça dos homens que tarda e que falta.

Parece que, cada vez mais, o coração humano de muitos se restringe a um mero músculo, e suas aurículas e ventrículos já não mais se constituem na sede dos sentimentos, das emoções e da consciência, como ainda teimam em definir os melhores dicionários. Um músculo como os outros demais, sinônimo de força, cada vez mais bruta, longe de qualquer significado que indique afeto, amor, índole, caráter.

A comoção tem o tamanho da barbárie. Mas, infelizmente, ela tem durado, somente, o tempo da audiência. Parece mesmo que os apresentadores do noticiário tornam-se uma espécie de regentes da nossa indignação. E, nesta orquestra de sentimentos cada vez mais desafinados, nós nos tocamos, mas quase nunca tocamos. Já disse alguém que pertencemos a uma “sociedade do espetáculo”. Fazemos cada apresentação como se fosse única, mas andamos de palco em palco, verdadeiros mambembes, ligando e desligando holofotes e microfones para os nossos instrumentos que são, apenas, de sopro.

Estamos criando um Estado paralelo, para uma sociedade igualmente paralela. A impunidade do Estado legal está levando, cada vez mais, à justiça pelas próprias mãos. Pior: a certeza de que as leis do Estado legal não são cumpridas está incentivando a bestialidade. A ausência do Estado joga por terra o coletivo, em nome do individual. A “Lei de Gerson”, o levar vantagem em tudo. A qualquer preço, a qualquer custo.

O cumprimento da lei já não depende mais da culpa, mas da performance do advogado. Ou

do seu preço. Da capacidade financeira do culpado em contratá-lo. Pior, ainda, depende da cor e da classe social de quem pratica o delito. Não há, portanto, apenas, um Estado paralelo. O Estado legal é, também, discriminador, segregacionista. E anda no passo da justiça dos homens. Tarda. Falta.

Por isso, eu não vejo qualquer possibilidade de resgatarmos valores perdidos em tempos de barbárie, até mesmo para que possamos utilizá-los na luta contra essa mesma barbárie, sem recuperarmos o verdadeiro sentido do coletivo. Fazer valer a isonomia, também no sentido dos melhores dicionários, enquanto um “estado daqueles que são governados pelas mesmas leis”, ou a “igualdade de todos perante a lei, assegurada como princípio constitucional”. Ou, ainda, que as leis sejam cumpridas, no seu sentido isonômico, sem discriminação de qualquer espécie. É preciso acabar, imediatamente, com a certeza da impunidade, sob pena da multiplicação dessa mesma barbárie.

A lei que não se cumpre é, talvez, pior que a lei que não existe. Quem sabe a índole do povo



fosse capaz, ela própria, de consolidar melhores costumes. Mas, a lei que não se cumpre é o alimento da anomia social, quando a sociedade percebe que os freios sociais não funcionam, descarrilando na barbárie. O Estado paralelo não se estrutura onde há falta de leis, mas onde impera a certeza de que elas não são cumpridas. O Estado paralelo seria dizimado se o Estado legal cumprisse, efetivamente, as leis já existentes.

É por isso que o País tem, indispensavelmente, de fazer valer o seu Estado legal. Para isso, tem de recuperar a confiabilidade nas suas instituições públicas e de representação política. E, aí, não há que se criar, necessariamente, novas leis, mas fazer crer à sociedade a certeza de que elas serão, de fato, cumpridas.

O povo brasileiro tem perdido, em escala preocupante, os seus canais de representação política, principalmente nos últimos tempos. Os partidos políticos e os parlamentos nunca tiveram tão baixas margens de confiabilidade. O Congresso patina no lamaçal da corrupção, ora por não investigá-la, ora por praticá-la. As representações

políticas não-governamentais foram cooptadas com dinheiro público e, não raras vezes, também mergulharam em águas turvas.

Quantos foram os momentos memoráveis deste Congresso? Quantos foram os grandes debates sobre assuntos dos mais significativos para a vida nacional? Na Assembléia Nacional Constituinte. Nas Comissões Parlamentares de Inquérito do *Impeachment* e dos Anões do Orçamento. Mesmo quando não respondemos, à altura, aos anseios da população, como no caso da derrubada da emenda que propunha instituir eleições diretas para presidente, ainda assim o Parlamento manteve a devida confiabilidade popular. O Congresso sempre foi o principal pilar da democracia brasileira.

Quantos foram os momentos memoráveis das principais instituições representativas da sociedade civil, na luta pela democracia, pelos direitos humanos e pela ética na política. As organizações estudantis. Os movimentos populares pela educação, pela saúde, pela justiça social. Os sindicatos de todas as categorias de trabalhadores. As centrais sindicais. Os caras-pintadas.

Hoje, estas mesmas representações transformaram-se, muito mais, em satélites da representação oficial, movidas por dinheiro público e por cargos nas instituições de governo, para os seus principais dirigentes.

A população perdeu, portanto, as suas principais representações por convicção, por cooptação, e/ou por corrupção. Enquanto essa mesma situação não for revertida, não serão encontrados os nossos melhores valores e referências. Novas comoções sociais e novas turbulências políticas virão e o que restará será a indignação popular. Até que a tal anomia social se transforme, individual ou coletivamente, em desobediência civil. Aí, não haverá indignação que resista.

Não podemos generalizar a população brasileira a partir do indivíduo que ateou fogo na casa e na família. Nem naquele que lançou a menina do alto do edifício. Nem do que cunhou, a ferro, a sua marca macabra no corpo da criança. Nem a que manteve, em regime de escravidão, a adolescente, sintomaticamente, na área de serviço.

Não podemos, também, generalizar a representação política na cooptação e na corrupção.

Existem vozes que permanecem timbradas pelos melhores valores.

Mas, não podemos negar o efeito devastador das más condutas, principalmente quando adquirem repercussão nacional, sob os holofotes da mídia e as luzes da audiência. Provocam efeitos multiplicadores pela inegável glamourização, já detectada pelos principais editores de jornais e pelos autores das novelas de maior audiência. Já disseram os nossos melhores e mais famosos novelistas que valores bons não propiciam os melhores retornos. Retornos financeiros, obviamente. A publicidade paga, e depois inclui no preço do produto, a encenação do quanto pior, melhor.

Quem deve dar a devida resposta à proliferação da barbárie e às conseqüentes comoção e indignação tem de ser o estado legal. Caso contrário, o vácuo de legitimidade e de confiabilidade pode ser ocupado, ainda mais, pelo Estado paralelo. E, aí, sairemos, também ainda mais, do necessário equilíbrio. Mais barbárie, mais comoção, mais indignação.

Repito: de nada vão adiantar novas leis, se elas continuarem a não ser cumpridas. E, por que não

são colocadas em prática? Primeiro, porque as instituições que as geraram perderam a confiança da população. Segundo, porque a população sabe que não haverá qualquer punição para quem não as cumprir. Pelo menos para quem tiver recursos para se opor ao seu cumprimento. Para quem puder financiar um profissional que construa os melhores álibis. Pior: para quem conseguir comprar a sua inocência, através da corrupção de quem é o responsável por fazê-las cumprir. Pior ainda: porque a população sabe, cada vez com maior detalhe, que os pecados dessas mesmas leis, não são, apenas, mortais, mas originais, porque a corrupção se fez desde a sua concepção. Que houve desvios desde que as leis foram geradas, antes, portanto, da sua prática.

Repito, também, agora como decorrência deste estado de anomia social: há que se fortalecer a representação política, que se restabelecer a confiança da população nas suas instituições, públicas e privadas, governamentais e não-governamentais. A reconstrução de um Estado legal legítimo e representativo das aspirações maiores da população. Ocupar o vácuo que o próprio estado legal

deixou construir, e que foi ocupado pelo Estado paralelo. Do narcotráfico, da pirataria, da sonegação, da barbárie.

Não há que se colocar microscópio de alta definição sobre o nosso corpo social para se detectar a bactéria que corrói a legitimidade do Estado, representado pelas suas principais instituições públicas. É a corrupção. Pior: tudo indica que a bactéria da corrupção está desenvolvendo anti-corpos cada vez mais fortes e, poderá não haver, daqui a um tempo, antibióticos com poder de cura suficiente para barrar uma possível septicemia nas nossas representações políticas. Aí, nem a ciência, nem a política. Quem sabe, reste a fé.

Alguns especialistas tentaram quantificar a corrupção, no Brasil. Cada método leva a um resultado diferente. Nenhum, porém, abaixo da casa dos bilhões. Todos suficientes para sanar os nossos principais problemas: a dor nos hospitais, a escuridão do analfabetismo, a violência, a fome, a miséria. A falta do estado legal, enfim.

Eu também não consigo imaginar as noites de sono do corrupto que vê, no último noticiário da noite, o choro da mãe, filho desfalecido no colo,

pela falta do hospital que seria construído com o dinheiro escondido sob o seu colchão. Um colchão com etiquetas de paraísos fiscais. Que sonhos ilustram este mesmo sono, quando ele sabe que, a cada dez horas, uma criança é assassinada no Brasil, muitas delas arrancadas do ambiente familiar pelos tentáculos da fome e da miséria? Que milhares morrem, anualmente, por causas plenamente ao alcance da medicina e do conhecimento médico que, nestes nossos tempos, são considerados elementares?

O que imaginar de doenças que pareciam erradicadas, como a dengue, a febre amarela, o sarampo, e tantas outras, que voltam a assombrar populações inteiras, e que viajaram até nós, neste trem da história, com passagens pagas pela corrupção?

Eu não conheço cena mais triste que a de uma mãe, choro convulsivo, a implorar pela vida do filho no colo, muitas vezes em vão, porque lhe resta, tão somente, a extrema-unção. Que aurículas e que ventrículos podem continuar insensíveis a estas lágrimas de desespero?

Por isso, eu não vejo diferença na atitude de quem ateou fogo na casa, que atirou a criança

pela janela, que marcou a ferro a criança, ou que amarrou a jovem na sua área de serviço, com a de quem roubou o dinheiro público, cuja falta provocou a morte da criança nos braços da mãe aflita. São, todos, igualmente, bárbaros. Não haverá sono tranqüilo que os conforte.

Mas, não há que se esperar, apenas, a justiça divina. Muito menos a justiça pelas próprias mãos. A justiça dos homens, além de necessária, é suficiente. Basta colocá-la em prática.

Não há que se esperar, também, pela comoção do corrupto, ou do corruptor. Nem se preocupar com as suas noites de sono. Eles parecem insensíveis, porque foram eles que desenvolveram os tais anticorpos da nossa septicemia social e política. Então, que se prescreva o antibiótico da lei! Que não é, somente, de última geração, mas de todas. Principalmente as que ainda virão!

É evidente que não haverá mudança de cima para baixo, de dentro para fora. A população, a imensa maioria não cooptada pelos holofotes e pelas luzes do poder, terá que desenvolver mecanismos de pressão no sentido de que se cumpram as leis. Não há o cidadão municipal, estadual e federal.



Cidadania e plenitude não se dividem. Mas, a corrupção atua nestes três níveis, não necessariamente com os mesmos métodos e os mesmos agentes. Então, o primeiro passo é a comunidade atuar no nível local, afinal onde a maioria dos recursos são, ou deveriam ser, alocados. Formar novas representações, livres da cooptação, para acompanhar o gasto público, independente de onde ele se origine. Cobrar a execução das ações programadas e investigar os recursos gastos na sua implementação.

Já existem experiências bem sucedidas neste sentido. A população se reuniu, através de suas representações municipais de empresários, trabalhadores e de categorias profissionais, e passou a exercer a cidadania no seu significado único, pleno. Não se montou um estado paralelo. Ao contrário, cobrou-se o exercício devido do estado legal. Essa mesma população não se propunha criar novas leis, nem era o seu desejo impor novos costumes. Fez cumprir as leis já existentes. Estes exemplos têm, necessariamente, que ser multiplicados.

É preciso que os órgãos encarregados do controle dos gastos públicos, em todos os níveis, tra-

balhem de forma mais coordenada. A Controladoria Geral da União e os tribunais de conta, da União, dos Estados e dos Municípios, onde eles existam, devem desenvolver mecanismos de auditoria das contas públicas que permitam maior integração na troca de informações, não só em relação aos métodos de investigação, mas também nos preços das obras e das demais compras governamentais de bens e serviços.

É necessário resgatar os mecanismos já existentes de investigação e de acompanhamento dos gastos públicos. Também aí não há necessidade de se criar novos instrumentos investigativos. Eu não vejo melhor caminho que as comissões parlamentares de inquérito, também em todos os níveis. Mas, as CPI têm sido, infelizmente, desmoralizadas, principalmente nos últimos tempos. Transformaram-se em celeiros de não-investigação. Em cartórios distribuidores de atestados de idoneidade. Recuperar o verdadeiro papel das CPI é, também, um passo significativo para o aumento da legitimidade dos parlamentos, municipal, estadual e federal. Para o fortalecimento das representações políticas, nos três níveis.

As instituições públicas têm que fortalecer os seus órgãos próprios de investigação e de controle de riscos. Instituir ouvidorias, para que o cidadão possa contribuir com informações e sugestões sobre o funcionamento da máquina pública, nos diferentes segmentos. O cidadão passa a ser, efetivamente, um soldado na luta contra a corrupção e o mau uso do recurso coletivo. Um verdadeiro exercício de controle social.

A Comissão Especial de Investigação, criada pelo então Presidente Itamar Franco e extinta pelo ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, foi, também, uma experiência bem-sucedida de combate à corrupção. Formada por representantes de diferentes segmentos da população, com reputação ilibada e respaldo político para investigar, independente de qualquer segmento político do Governo Federal, a CEI cumpriu, efetivamente, um papel que pode, e deve, ser repetido, nas atribuições do estado legal.

As organizações não-governamentais também podem exercer uma função importante no melhor uso dos recursos públicos. Mas, o noticiário tem sido farto, dando conta de que as ONG, em

parcela significativa, também tiveram a sua trajetória desvirtuada pela corrupção. Acabaram por chegar longe de serem não-governamentais. Ao contrário, tornaram-se verdadeiros apêndices das instituições públicas. Pior: além de contaminadas pela corrupção dos corredores públicos, contribuíram, em muito, para o desmonte do estado legal. Neste caso, não se caracterizam como estado paralelo, e não ocuparam um vácuo deixado pelo estado legal. Foi exatamente este mesmo estado legal que abriu caminho para as organizações não-governamentais. Que, a propósito, pouco têm de não-governamentais. Importou os recursos do Governo e, de cambulhada, o seu mau uso. Se mudada, entretanto, essa desvirtude, a experiência pode ser bem sucedida.

Tudo isto corrobora a idéia de que não há necessidade de uma sofisticada “mecatrônica política” para se atacar a corrupção, no Brasil. Os sistemas existentes, já utilizados com sucesso, podem levar-nos a melhores cenários sociais, econômicos e políticos.

Volto a repetir, para ser enfático: a sociedade brasileira não pode continuar, apenas, sob os

efeitos de comoções repetitivas. Que geram indignação, mas que, pelo próprio efeito repetitivo e pela falta de ações que permitam acionar novos e melhores valores, produzem, também, efeitos hipnotizantes. Não podemos, a cada dobrar de esquina que se repete, nos acostumar com as comoções e as indignações.

Enquanto isso, milhares de crianças continuarão morrendo, nos braços de, igualmente, milhares de mães aflitas. De fome, de miséria, de doenças plenamente controláveis. Muitas delas que, imaginávamos, estavam erradicadas no nosso País.

Enquanto isso, milhares de outros indivíduos, na falta de perspectivas de vida e de melhores valores e referências, continuarão praticando a barbárie. Repito: no Brasil, uma criança é morta, assassinada, a cada dez horas. E os números da violência infantil estão muito além das estatísticas oficiais.

Enquanto isso, o dinheiro, o mesmo que falta à cidadania na sua plenitude e ao estado legal inspirador de valores mais nobres foge pelos desvãos da corrupção. E os números da corrupção, apesar de tamanhos, se escondem das estatísticas oficiais.

A população escolhe um canal de televisão e assiste, quem sabe mais indignada que comovida, ao grande debate sobre quem teria jogado a criança inocente pela janela.

A população muda de canal e vê, agora sim mais indignada ainda, um outro grande debate sobre quem vazou, para a imprensa, os gastos suspeitos com cartões corporativos.

O que eu quero dizer, afinal, é que há umnexo, uma forte correlação entre um e outro assunto, independente do canal. Ambos dão conta de desvios de conduta. E que não haverá qualquer necessidade de uma nova escola de detetives para se saber quem são os verdadeiros culpados. Basta que se investigue e se cumpram, efetivamente, as leis.

### **3. A Comoção, a Indignação e a Frustração: Com a palavra, os Jovens**

A sociedade brasileira nunca, em outro tempo, envolveu-se tanto em sentimentos de comoção e de indignação, como nos dias de hoje. De repente, parece que, todos nós, fomos chamados a participar de uma minissérie da vida real, como protagonistas de uma história de barbárie, no capítulo de maior audiência, aquele no qual, infelizmente, tudo indica, atingimos o tão temido “fundo do poço”.

É por isso que, hoje, eu me dirijo, especialmente, aos jovens. E falo dos jovens, não mais como geração do futuro, mas como pivôs da história, a mesma história que será vivida, intensamente, por eles e pelas gerações que virão.

Eu não diria, evidentemente, que perdi a esperança na minha geração. Eu acho, entretanto, que nós, maduros pelo tempo, já demonstramos

algum sinal de fadiga. Quem sabe, “fadiga do imaterial”. Continuamos na luta, porque a nossa experiência se abastece da energia da juventude. Bem que gostaríamos de deixar, para as gerações que virão, um país menos desigual e mais rico em referências. Mas, pelo menos, a nossa luta, inclusive com a própria vida dos que tombaram nesta travessia de suor, de lágrimas, de espinhos e de chumbo, devolveu, à geração que hoje engatinha, a liberdade que nos foi roubada numa noite escura na qual, a maioria de nós, semeava os mesmos sonhos de liberdade que hoje todos nós, de qualquer idade, colhemos.

Eu tenho certeza de que, em nenhum outro momento da nossa história, mostrou-se tão necessário unir experiência e vigor. A experiência de quem construiu os alicerces, e o vigor de quem erguerá as paredes da nossa construção histórica.

Na verdade, eu acho que não perdemos, na intensidade que parece, os melhores valores. Tenho provas disto quando encontro, e converso, com os jovens de hoje. O que eu sinto é que estes mesmos valores não têm sido disseminados,



nem acatados, como devido. Acho que passamos, muito bem, pela fase do diagnóstico. A realidade já nos é conhecida, o necessário. Mas, ainda, não conseguimos alcançar a melhor estratégia de multiplicar esses mesmos valores, o suficiente.

Eu temo, como já disse tantas vezes, pela glamourização da barbárie. A família, a escola e a Igreja, antes fontes inspiradoras dos valores mais fundamentais para a formação do caráter, perderam, conjuntamente, lugar para a televisão e para o monitor. O grande círculo de discussão, capitaneado por pais, mestres e pastores, de todos os credos, transformou-se num semicírculo do silêncio, quebrado, apenas, pela voz do locutor, ou do ator. Uma valorização absoluta da audição, no lugar do diálogo. Que muito informa, mas que pouco forma.

Hoje, a criança passa mais tempo em frente à televisão, do que na escola. O jovem se encanta, muito mais, pelas salas de internet do que pelas salas de aula. O ser humano, no seu melhor período de formação, tornou-se “plugado” no mundo, ao mesmo tempo em que se auto-encarcera entre quatro paredes. Desenvolveu linguagens

novas e frias, confia suas emoções, ou a falta delas, a quem não conhece, nem corpo, nem alma. Tornou-se um solitário, na multidão.

Eu passei muito tempo sem conseguir a melhor explicação do porquê da glamourização da barbárie. Entre o noticiário e a novela, não sabia o que é causa, e o que é consequência. Seria a realidade que influencia a ficção, ou o contrário?

Aguinaldo Silva, o autor da novela do momento, por sinal chamada “Duas Caras”, disse, textualmente: “Nós, que trabalhamos em televisão, sabemos: bons sentimentos não dão audiência”. Sílvio de Abreu, outro dramaturgo global, já havia afirmado que, entre o mocinho e o bandido, a população fica com o vilão.

Eu, sinceramente, não acredito nesta tese, apesar destas afirmações serem baseadas em supostas pesquisas qualitativas. Mas, se eu sair perguntando para a população, em todos os lugares, a sua opção entre o bem e o mal, acho que vai ser daquelas pesquisas esdrúxulas, da qual se sabe o resultado *a priori*, e que não admitimos seja diferente da unanimidade.

Mas, acontece que, em muitas situações, embora acredite e, mesmo, pregue o contrário, a população percebe que, nesta verdadeira selva em que se transformaram as relações, os bons estão perdendo espaços. A competição sadia deu lugar à concorrência fratricida. O meu próximo já não é, necessariamente, um semelhante, mas um concorrente. Pela fila no hospital, pela vaga na escola e no trabalho, pela vida, enfim. O que vale é a lei de Gerson, segundo a qual se tem que levar vantagem em tudo.

O ser humano é, cada vez menos, um cidadão, e, cada vez mais, um consumidor. O verbo “ser” perdeu, com rapidez deplorável, o lugar para o “ter”. Ou, quem sabe, o verbo “ser” tenha modificado o seu significado. Agora, eu não sou pelo que sou, pelo que represento como cidadão, mas pelo que tenho, enquanto consumidor. Sou, na verdade, não o que sou, mas o que aparento ser.

E, aí, ergueu-se uma barreira, que separa quem tem, e quem não tem, condições de comprar, de consumir. Mas, também aí, não se trata de adquirir o alimento, o básico, o necessário, mas o supérfluo.

Há um apelo mordaz pelo uso do tênis da moda, pela roupa de grife, pelo carro mais posante, pela jóia mais cintilante, pelo *status*. Até mesmo a moda, que deixou de ser um estilo, para se tornar uma manipulação.

Os que ficam de fora, do outro lado desta barreira tentam, de qualquer maneira, obter o seu passaporte. Nem que seja através do crime. Se não há os melhores valores, por que o suor, de sol a sol, o que é possível conseguir, pelo cano do revólver, em um pequeno lapso de tempo? Se morrer, de que vale a vida? Se matar, nada lhe valia aquela vida roubada. Aprende-se, no real, que os meios justificam os fins e, na ficção, que o herói é aquele que mais rouba, que mais fere, que mais mata.

De repente, o discurso sobre valores outrora moldados na família, na escola e na Igreja, que parecia ultrapassado e folclorizado, ganha força. Infelizmente, depois de tragédias humanas. De comoções e de indignações.

Mártires como o menino João Hélio e a menina Isabella, tudo indica, apesar de tamanha dor, não tiveram suas vidas ceifadas em vão. É nestes momentos que a emoção aguça a razão.

O que deu errado no projeto do homem?

“Para onde viemos”, muito mais do que “onde vamos chegar”?

Como voltar, e retomar o melhor caminho?

Nunca, como agora, os especialistas em comportamento humano revisaram tanto pontos de vista que pareciam longe no tempo. Ultrapassados. “Jurássicos”. Na *Veja*, por exemplo, um psicanalista francês, considerado dos melhores dos nossos tempos, é enfático: “Assistimos, hoje, a um acontecimento que talvez não tenha precedentes na história, que é a dissolução do grupo familiar. Pela primeira vez, a instituição familiar está desaparecendo, e as conseqüências são imprevisíveis”.

Quem sabe não previsível, ainda, ou por enquanto, na França. Aqui, basta ligar a televisão, em qualquer hora, em qualquer canal.

No ano passado, nesta mesma época, o personagem principal do nosso semicírculo era o menino João Hélio. Ali, tínhamos dois lados muito bem definidos: os pais, impotentes frente à barbárie, e os bandidos, insensíveis a ela. Nunca se viu tamanha comoção. Neste ano, a Isabella. Só

que, embora semelhante na tragédia humana, parece que, neste último caso, os dois lados se confundem. A mãe do João Hélio lutou para proteger o filho das garras do bandido. Não conseguiu. Tudo indica, se as perícias não estiverem falhas, que a Isabella lutou para se livrar, exatamente, de quem deveria dar-lhe proteção. Não conseguiu. À emoção se somou a indignação.

O pior é que os casos do João Hélio e da Isabella são, apenas, emblemáticos para os nossos sentimentos de comoção e de indignação. A cada dez horas, uma criança é assassinada, no País. Uma parcela significativa, que algumas pesquisas dizem ser maioria, vítimas de alguém da própria família. Nunca tantos, como agora, preferiram que tudo fosse ficção. Mas, não é. A realidade invadiu as nossas salas, e nós preferíamos que o mocinho não fosse o vilão.

Nestes casos citados, a polícia agiu prontamente. Havia um apelo popular, turbinado por esses sentimentos, o de comoção e o de indignação, que são muito mais que uma rima. Mas, o que se dirá, por exemplo, do menino Jefferson, quase escondido numa página de um caderno sinto-

maticamente chamado “cotidiano” de um jornal? Ele tinha 11 anos, muito pouco para o tamanho dos seus sonhos, abortados por tiros certos, na porta do barraco onde morava. Um barraco num beco qualquer, quem sabe sem, nem mesmo, janelas e redes de proteção.

Jefferson, ou “tartaruga”, como ele era conhecido pelos amiguinhos, era preto e pobre. Ele, e tantos outros que nem viraram notícia de jornal, tomara que façam parte, pelo menos, da nossa comoção e nossa indignação. Sentimentos agora ampliados pelo caso da menina Isabella.

Volto a perguntar: deu errado o projeto do homem?

Em primeiro lugar, eu acho que se mantivemos, embora tamanhas pressões contrárias, os nossos mais dignos valores, não posso dizer o mesmo sobre as nossas melhores referências. Em todos os segmentos da nossa realidade, quebraram-se os espelhos que refletiam a nossa melhor imagem. Não se construíram outros personagens a partir dos quais referenciávamos os nossos projetos de vida. E eu não conheço momento na história, sem que tivéssemos uma referência a ser

seguida. Que abriu as águas turbulentas, como Moisés, e seu cajado. Ou, que “espalhou esperança e transformou sal em mel”, como Teotônio, e sua bengala.

Na Igreja, com Dom Helder, Dom Aluízio, Dom Ivo...

Na política, com Ulysses Guimarães, Tancredo Neves, Teotônio Vilela, ...

Na Academia, com Darcy Ribeiro, Celso Furtado, Florestan Fernandes...

Nas demais representações civis, com Barbosa Lima Sobrinho, na ABI; Raymundo Faoro, na OAB...

Tantos outros, em todos os campos, como Sobral Pinto, Betinho...

Também posso incluir, aqui, aqueles que permanecem, felizmente, no nosso plano de vida, mas que, igualmente, não perderam a esperança, embora demonstrem, até mesmo no silêncio obsequioso, sinais de fadiga.

Eu procuro, em tão diferentes campos, algo que seja comum em todos estes nomes que construíram, e que ainda constroem, os nossos sonhos



e as nossas utopias. Que não se contentaram em viver a história, nem em contá-la: decidiram construí-la. Aí, eu não tenho qualquer dúvida: todos eles, em todos os segmentos, alinhavaram as suas condutas pela coerência e, principalmente, pela ética.

Então, na nossa história mais recente, eu acho que podemos acrescentar um outro sentimento à nossa comoção e à nossa indignação: a frustração. Quem sabe, em muitos casos, a terceira, como causa das duas primeiras. Ou seria consequência?

Depositamos as nossas melhores expectativas nas novas referências que se construíram nestes últimos tempos. Mas, elas, infelizmente, não pautaram as suas condutas pela coerência e, muito menos, pela ética.

Portanto, se desejarmos uma outra realidade, a do “ser”, e se quisermos manter os nossos valores mais preciosos, é preciso, urgentemente, que recuperemos estes dois princípios básicos e fundamentais: a coerência e a ética. Principalmente daqueles que são escolhidos para dirigir os nossos destinos, ou que são pagos para projetá-los.

Como formar o caráter das gerações do futuro, se a família, que deveria proteger, mata?

Se a escola não educa?

Se a Igreja vende indulgências?

Se o resultado do suor não é repartido, mas espoliado?

Como construir um verdadeiro cidadão, se, desde muito cedo, ele percebe que aqueles escolhidos para prover, coletivamente, a proteção, a educação, a saúde, a própria cidadania, subtraem o que é de todos, para proveito próprio e individual? Que, ao contrário do que deveria, ele também percebe que a vida, hoje, não se constrói com a contribuição de cada um, para o proveito de todos? Que acontece, exatamente, o contrário?

Francamente, e, infelizmente, aquela dúvida que eu alimentava até pouco tempo, se era o noticiário que municiaava a novela, ou se era o contrário, tende a se dissipar. Eu, cada vez mais, formo convicção de que, no caso, é a realidade que alimenta a ficção. Teria sido mais fácil qualquer mudança se fosse o contrário. Se são tão poucos os dramaturgos, em relação aos tantos personagens da vida real, bastaria mudar o enredo das novelas.

A realidade, não se muda trocando, ou escamoteando, a notícia.

E o noticiário, nos últimos tempos, se o assunto diz respeito às nossas referências, não tem sido alvíssaras. O que mais se vê são desvios de coerência e de ética.

Maus exemplos.

Pobres valores.

Péssimas referências.

Por isso, para que os jovens de hoje, e os que ainda virão, vivam na plenitude da cidadania, não há que se criar novas leis. Uma lei pode ser a legalização de um costume. Mas, se os costumes de quem elaborou as leis, de quem as executa, e de quem tem a função de fazê-la executar, são maus, o que esperar da lei que já existe?

Eu tenho chamado a atenção para o fato de que ainda desconhecemos o tamanho da “corrupção legalizada”. Que tramita, incólume, pelos canais regimentais do Congresso, do Executivo e, infelizmente, do Judiciário. E que legitima interesses, nem sempre meritórios, que igualmente transitam, também incólumes, pelos corredores, e pelos gabinetes, de todos os poderes. Repito: de quem faz a

lei, de quem a executa, de quem a faz executar. Ou que deveria!

Enquanto não se mudarem estes maus costumes, de nada adiantarão as leis. Pior ainda: elas poderão acobertar o que queremos eliminar.

Enquanto isso, as boas leis não são cumpridas. Ao contrário, elas nascem letras mortas. Com traços bem definidos de impunidade. O cumprimento da lei também tem preço. Depende da capacidade de pagamento de quem a transgredir. Depende da grife do advogado. Depende de que lado estamos da tal barreira.

As leis punitivas de desvios de conduta são feitas para alcançar quem conhece, apenas, a polícia. Nunca quem tem condições de interpretar, a seu favor e segundo a sua conveniência, a justiça.

Enquanto isso não mudar, a minha esperança corre o risco de inanição. Ainda bem que me alimento, ainda, de sonhos. Mesmo que o tempo não me permita que os viva. Afinal, o que seria de nós, independente do tempo, não fossem os nossos sonhos e as nossas utopias?

Portanto, não há que se mudar os valores do povo. Eles são bons. Há que se mudar os costu-

mes daqueles de quem se imaginava as melhores referências. Eles são maus. Daí, a comoção, a indignação e a frustração.

Eu temo que este mesmo povo, ainda que não perca totalmente a esperança, também demonstre sinais de fadiga. Aí, não importa a idade. Sinais neste sentido também não faltam.

Quando a comoção, a indignação e a frustração transbordam, o perigo é a justiça pelas próprias mãos. A sociedade percebe que não há freios necessários e suficientes para limitar a ação da pessoas. Que há um enfraquecimento das regras sociais e que se sente desestimulada em respeitar as leis. Então, que o único remédio é a justiça pelas próprias mãos.

No caso da menina Isabella, um grupo de pessoas, num pequeno lapso de tempo, na imaginação e, em alguns momentos, na tentativa concreta, investigou, julgou, condenou e deu sinais evidentes de que teria coragem de cumprir a pena. Quer dizer, essas pessoas chamaram para si todos os poderes. Será que este mesmo grupo é representativo da sociedade brasileira, nos nossos dias? Tomara que não!

Se a justiça, neste caso, fosse feita pelas próprias mãos, não haveria diferença com a barbárie em si, nem com as atitudes do estado paralelo que, segundo a imprensa, também julga, condena e executa. É a barbárie alimentando, ainda mais, a barbárie. O que nós precisamos, sim, é o fortalecimento do Estado legal. Que elabora as melhores leis. E que, principalmente, as faz cumprir.

Como disse, os maus costumes de quem deveria se pautar pela virtude não mudarão com novas leis punitivas de desvios éticos. Na certeza da impunidade, elas serão natimortas.

Mais ainda, como, também, já disse outras vezes, o pior para o sentimento de frustração de um povo não é a falta de leis, que este mesmo povo pode substituir pelos seus bons costumes, mas o não cumprimento das leis existentes, que não devem ser substituídas pela força.

Então, o primeiro passo é, necessariamente, fazer com que as leis sejam cumpridas. Redirecionar as energias que, hoje, estão propensas a turbinar a justiça pelas próprias mãos, ou algo parecido com a “pena de talião”, para a obrigatoriedade de

se cumprir o aparato legal já existente. Ou seja, que se faça cumprir o “cumpra-se”.

Essa mudança não virá de fora para dentro. Nem de cima para baixo. O poder não combina com auto-imolações. Ao contrário. O poder constrói mecanismos de auto-sustentação e de perpetuação. São fins que justificam meios. Poder e pudor não rimam. Apenas coincidem nas iniciais.

Nos últimos tempos, por exemplo, a justiça eleitoral brasileira tem se preocupado, com sucesso, com a identificação do eleitor. Novas tecnologias nos colocam como exemplos a seguir, em todo o planeta, na eliminação de fraudes antes comuns, como o eleitorado-fantasma, que fabricam eleitos e tiram a legitimidade do processo eleitoral. Mas, pouco se preocupou, até aqui, com a identificação do candidato.

Além disso, essa mesma legitimidade política é arranhada pelas próprias regras eleitorais, como as legendas, as coligações e outros mecanismos e subterfúgios para manter o *status quo*.

Mas, será que é necessário fazer uma lei determinando que os partidos não aceitem candi-

datos que não possuam probidade, honradez, ou qualquer outro sinônimo que possa significar, no popular, folha corrida limpa?

A experiência mostra que, neste caso, sim. Eu, inclusive, apresentei projeto neste sentido. Mas, quem sabe se os partidos tomassem, eles próprios, essa bandeira, e coibissem representar-se por quem tem maus costumes e que, certamente, não seriam acompanhados, já na posse, por princípios éticos?

Com a palavra, os jovens do país, novos menestréis do Brasil!

“Quem é esse?” São todos aqueles que têm “ira santa, saúde civil”.

Que eles sintam-se, portanto, emancipados, politicamente.

Que não se contentem com essa conversa de que são o país do futuro. Esse discurso, neste momento, é uma forma, sutil e, talvez, mal intencionada, embora os discursos em contrário, de manietá-los, para que nada mude.

Que eles forcem as portas desta mudança, de fora para dentro.



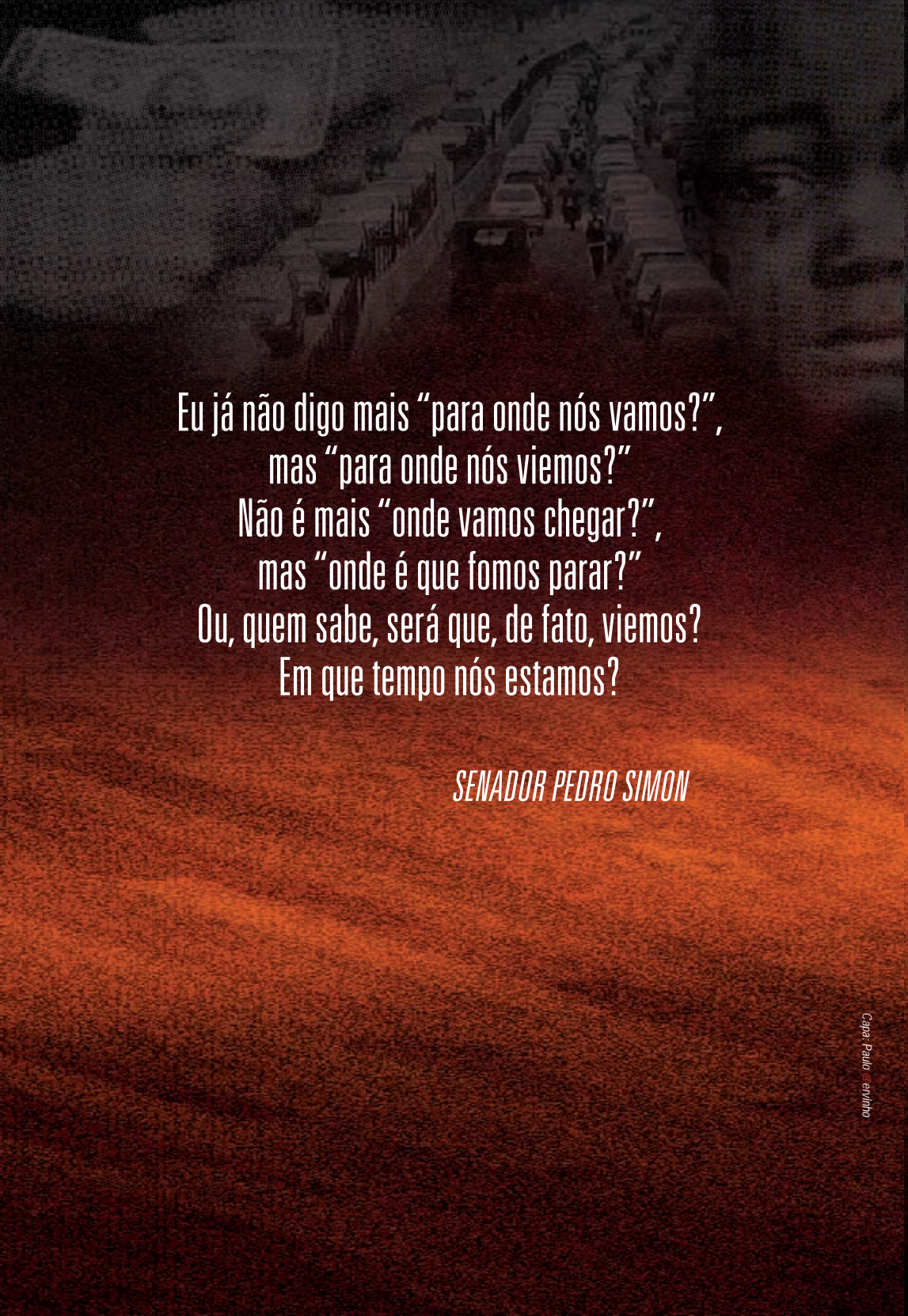
Que tomem as rédeas da história!

Que “transformem sal, em mel”.

Se não colocarmos em prática os nossos bons valores, perpetuar-se-ão os maus costumes. Por vezes, transformados em lei. E, aí, nem mesmo as futuras gerações terão as melhores referências.

SENADO FEDERAL  
SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES  
Praça dos Três Poderes s/nº – CEP 70165-900  
Brasília – DF

OS nº 01537/2008



Eu já não digo mais “para onde nós vamos?”,  
mas “para onde nós viemos?”  
Não é mais “onde vamos chegar?”,  
mas “onde é que fomos parar?”  
Ou, quem sabe, será que, de fato, viemos?  
Em que tempo nós estamos?

*SENADOR PEDRO SIMON*